

Para Cardoso, UR só vale após aprovação do ajuste

Acácio Pinheiro

O novo indexador diário que o Governo quer criar, a Unidade de Referência (UR), só entrará em vigor após o Congresso aprovar a proposta de ajuste fiscal para 1994 apresentada pelo Governo, revelou ontem o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, à bancada do PSDB no Senado. Cardoso pediu aos seus companheiros de partido, que almoçaram com ele no Ministério da Fazenda, que ajudem no esforço para a aprovação do ajuste até o final de dezembro.

Ao deixar seu gabinete, no final da noite de quarta-feira, o ministro informou que o Governo só vai propor a mudança das políticas salariais dos setores públicos e privado quando o plano de estabilização estiver fechado. "Só vamos pensar nisso quando houver plano de estabilização. Enquanto isso não acontecer, a política salarial não mudará", afirmou.

Segundo o senador Beni Veras (CE), a bancada do PSDB alertou o ministro sobre a grande probabilidade da tramitação das medidas do ajuste fiscal arrastar-se por janeiro e fevereiro, em função do caráter polêmico de algumas delas, como a criação de um adicional de 5% sobre todos os impostos e contribuições federais. "Ele nos disse que

sabe disso, mas afirmou estar otimista em relação à boa receptividade do ajuste pelo Congresso", explicou Veras.

Participaram do almoço, além de Veras, a senadora Eva Blay (SP) e os senadores Mário Covas (SP), Chagas Rodrigues (PI), José Richa (PR), Jutahy Magalhães (BA) e Teotônio Vilela Filho. Na próxima semana, Cardoso dará sequência a encontros com bancadas do Congresso, nos quais pedirá apoio político para seu plano econômico.

Apoio popular — Fernando Henrique Cardoso disse aos sete senadores do PSDB que a sociedade pressionará o Congresso para a aprovação do ajuste fiscal, quando tomar conhecimento de todas as medidas de combate à inflação. "A sociedade vai ser receptiva às medidas que vamos anunciar e ficará mais fácil aprovar o ajuste fiscal", disse o ministro, segundo o relato de um dos senadores. O assessor especial do Ministério da Fazenda, Edmar Bacha, fez um relato detalhado aos parlamentares tucanos sobre o plano da "moeda-índice" durante o encontro.

Bacha confirmou aos senadores que o indexador que será anunciado pelo ministro Cardoso na próxima semana vai corrigir, voluntá-

ria e gradualmente, todos os preços da economia, inclusive os salários. Num determinado espaço de tempo, que não especificou, o próprio indexador se transformará na nova moeda.

"Quando o cruzeiro real estiver cansado, ele desaparecerá e o País ficará com a nova moeda", disse um dos senadores, utilizando uma imagem. Durante a sua exposição, o assessor especial do Ministério da Fazenda utilizou o termo "índice-moeda", invertendo os termos usados por outros integrantes do Governo ao se referirem à Unidade de Referência. Eles têm usado "moeda-índice".

Os senadores quiseram saber como seria adotada a nova moeda, do ponto de vista prático. Foram informados que, depois de um determinado tempo, tudo será cotado na "moeda-índice", inclusive o preço do pão. Se o pãozinho custar 0,5 UR, por exemplo, continuará com essa cotação ao longo do tempo, porque a UR não se desvalorizará. Para saber o preço do pãozinho em cruzeiro reais, bastará ao cidadão multiplicar o número de UR pela cotação do dia da índice-moeda. O exemplo mais simples: hoje, um contribuinte recebe sua devolução do Imposto de Renda indexada em Ufir.



Cardoso pretende anunciar a nova fase do plano na terça-feira